

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO NO JOUE N.º NCP20220014

**AQUISIÇÃO DE DETERGENTES E OUTROS CONSUMÍVEIS PARA LAVAGEM
MECÂNICA**

ÍNDICE

PARTE I Disposições gerais

SECÇÃO I Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Caderno de encargos

Cláusula 2.^a -Objeto

Cláusula 3.^a-Preço base

Cláusula 4.^a-Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

SECÇÃO II Contrato

Cláusula 5.^a-Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.^a-Prazo de vigência do contrato

SECÇÃO III Obrigações contratuais

Cláusula 7.^a- Obrigações principais do co-contratante

Cláusula 8.^a- Verificação da execução

SECÇÃO IV Incumprimento do contrato

Cláusula 9.^a-Penalidades

SECÇÃO V Resolução do contrato

Cláusula 10.^a - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.^a- Resolução por iniciativa do co-contratante

SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.^a -Casos fortuitos ou de força maior

PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS

SECÇÃO I Local, prazo e horário de fornecimento

Cláusula 13.^a- Local de entrega

Cláusula 14.^a- Prazo de entrega

Cláusula 15.^a- Horário de fornecimento

SECÇÃO II Preço contratual

Cláusula 16.^a- Preço contratual

Cláusula 17.^a- Revisão de preços

SECÇÃO III Pagamento

Cláusula 18.^a- Condições de pagamento

PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO I Proteção de Dados

Cláusula 19.^a –Proteção de dados

SECÇÃO II Comunicações e notificações

Cláusula 20.^a -Comunicações e notificações

SECÇÃO III Contagem dos prazos

Cláusula 21.^a -Contagem dos prazos

SECÇÃO IV Legislação aplicável

Cláusula 22.^a - Legislação aplicável

SECÇÃO V Resolução de litígios

Cláusula 23.^a- Foro competente

PARTE I

Disposições gerais

Secção I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.^a

Objeto

1. O presente concurso é constituído por **17 (dezassete) lotes e visa a aquisição de detergentes e outros consumíveis para lavagem mecânica.**
2. **Deverão ser respeitadas as características mínimas constantes no mapa de artigos a concurso em anexo ao presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante.**
3. As quantidades indicadas resultam de uma estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo, por conseguinte, em sede de execução do mesmo, serem fornecidas quantidades inferiores, de acordo com as necessidades do contraente público.
4. A aquisição insere-se na categoria 39831200-8, descrita como “Detergentes”, constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de Dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de Dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008.

Cláusula 3.^a

Preço base

O preço base global é de **EUR 145.402,11 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e dois euros e onze cêntimos)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido conforme mapa de artigos em anexo ao caderno de encargos.

Cláusula 4.^a

Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos e no Programa do Procedimento, o preço.

Secção II

Contrato

Cláusula 5.^a

Cláusulas por que se rege o contrato

1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

6. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
7. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.^a

Prazo de vigência do contrato

O contrato objeto deste procedimento é válido até **31 de dezembro de 2022** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

Secção III

Obrigações contratuais

Cláusula 7.^a

Obrigações principais do co-contratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o co-contratante as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos;
- b) Cumprir o prazo de entrega dos bens identificado na sua proposta;
- c) Enviar cada remessa de artigos requisitados acompanhada de guia de remessa /ou fatura em duplicado, na qual se mencionam os números e datas das notas de encomenda descriminando quantidades, artigos, preços e lotes.

Cláusula 8.^a

Verificação da execução

1. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir se as quantidades e prazo de entrega foram respeitados, bem como a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados.
2. O contraente público poderá realizar testes aos bens de modo a apurar a qualidade dos mesmos.

3. Aquando da recepção, será verificada a sua qualidade e conformidade com o contrato.
4. Perante a circunstância de fornecimento de grandes quantidades o processo referido no número anterior será realizado por amostragem.
5. Não obstante o referido no número precedente, no decurso da utilização e caso se verifique que os bens fornecidos não se mostram conformes com o adjudicado, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade, o contraente público independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios legais, contactará o co-contratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, tal situação seja devidamente regularizada.

Secção IV

Incumprimento do contrato

Cláusula 9.^a

Penalidades

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
 - a) Em caso de atraso no fornecimento, o contraente público, notificará o co-contratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, efetuar o fornecimento em falta;
 - b) O contraente público aplicará ao co-contratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
 - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao co-contratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo co-contratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318º A do CCP.

Secção V

Resolução do contrato

Cláusula 10.^a

Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao co-contratante:
 - a) O fornecimento se encontre gravemente prejudicado;
 - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do fornecimento (quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
 - c) O aumento injustificado dos preços;
 - d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
 - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do fornecimento, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
 - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao co-contratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao co-contratante dos fornecimentos já realizados em conformidade com o contrato.

Cláusula 11.^a

Resolução por iniciativa do co-contratante

1. O co-contratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando todas as obrigações do co-contratante ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Secção VI

Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

PARTE II

CLÁUSULAS ESPECIAIS

Secção I

Local, prazo e horário de fornecimento

Cláusula 13.^a

Local de entrega

1. Os bens devem ser entregues no Hospital Dr. Nélio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514 Funchal.
2. As entregas serão efetuadas conforme as necessidades do SESARAM, EPERAM., sempre que este o solicite.

Cláusula 14.^a

Prazo de entrega

1. Os bens devem ser entregues no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data de receção da respetiva nota de encomenda (se outro inferior não resultar da proposta adjudicada), a efetuar em função das necessidades.
2. O Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM poderá, em condições excecionais, ajustar com o co-contratante prazo de fornecimento diverso do acima indicado.

Cláusula 15.^a

Horário de fornecimento

O fornecimento deverá ser efetuado, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

Secção II

Preço contratual

Cláusula 16.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público

pagará ao co-contratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.^a

Revisão de preços

Os preços propostos pelo adjudicatário deverão manter-se válidos durante todo o período de duração do contrato, não sendo admitida a revisão dos mesmos.

Secção III

Pagamento

Cláusula 18.^a

Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o cocontratante deve apresentar ao contraente público a correspondente fatura, a qual só poderá ser emitida após o cumprimento da obrigação respetiva.
2. **A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da nota de encomenda e número de compromisso, bem como tem de conter a descrição do objeto (Bem, serviço, etc.) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**
3. **O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**
4. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior são devidos juros moratórios nos termos da lei.
5. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos

fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Não são admitidos adiantamentos por conta do fornecimento a efetuar.

PARTE III

Disposições finais

Secção I

Proteção de Dados

Cláusula 19.^a

Proteção de dados

1. O cocontratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o SESARAM, EPERAM, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao SESARAM, EPERAM, não podendo, transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e o SESARAM, EPERAM.
4. Mediante solicitação, por escrito pelo SESARAM, EPERAM, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente o SESARAM, EPERAM., sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

Secção II

Comunicações e notificações

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Secção III

Contagem dos prazos

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

Secção IV

Legislação aplicável

Cláusula 22.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO V

Resolução de litígios

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

NCP20220014 - DETERGENTES E OUTROS CONSUMÍVEIS PARA LAVAGEM MECÂNICA					
Lote	Linha	Designação do Artigo	Unidade	Quant. Pedida	Preço por Lote
1	0001	DETERGENTE LAVAGEM MANUAL LOICA - 1LT	LT	11200	6 720,00 €
	Características mínimas lote 1: DETERGENTE NEUTRO P/UTENSÍLIOS DE COZINHA, CORTA GORDURA E ALIMENTOS SECOS ENXAGUAMENTO FACIL, ESPUMA ESTAVEL PH PURO 5.5 DENSIDADE RELATIVA; EMBALAGEM DE 1 LITRO - 20º C 1,3.				
2	0002	DETERGENTE P/LAVAGEM MECANICA LOICA - 5 LT	LT	4600	4 840,00 €
	Características mínimas lote 2: GRANDE PODER DE LIMPEZA E POUCA ESPUMA ELIMINA FACILMENTE RESIDUOS ORGANICOS E TODA A SUJIDADE, AGENTES DESINCROSTANTES, EVITANDO O CALCARIO PH 20º C : 13 +/- 10 ADJUDICATARIO TEM QUE AFERIR OS DOSEADORES; EMB. DE 5 LITROS.				
2	0014	SECANTE P/MAQUINA DE LAVAR LOICA - 5LT	KG	1800	15,00 €
	Características mínimas lote 2: ADITIVO ABRILHANTADOR SECANTE P/MAQUINAS INDUSTRIAIS PH A(20ºC):2+-1; O ADJUDICATARIO TEM QUE AFERIR OS DOSEADORES- EMB. 5 LT.				
3	0003	DETERGENTE P/LAVAGEM MANUAL DE VIATURAS - 5 LT	LT	10	237,60 €
	Características mínimas lote 3: SHAMPÔ CONSTITUIDO POR TENSIOACTIVOS ANIONICOS E NAO IONICOS DE ELEVADA PRODUCAO DE ESPUMA NEUTRO: PH CORRESPONDIDO ENTRE 7 E 7,3; EMBALAGEM DE 5 LITROS.				
4	0004	DESENGORDURANTE ALCALINO CONCENTRADO P/GORDURAS DIFICEIS(EXAUSTOR/FRITADEIRA)	LT	240	12800
	Características mínimas lote 4: DESENGORDURANTE P/SUJIDADES GORDUROSA S PESADAS.DESENGORDURA EM ESPECIAL A GORDURA CARBONIZADA E REQUEIMADA, INDICADO P/LIMPEZA FORNOS,EXAUSTORES, FRITADEIRA, CAMPANULAS, PLANCHAS, PH 13.80; EMB. DE 1 LITRO OU 5 LITROS.				
5	0006	DETERGENTE LIQ. NEUTRO INODORO P/USOS GERAIS P/LAVAGEM MANUAL-10LT	LT	12800	

Características mínimas lote 5: DETERGENTE PRODUTO UTILIZADO PARA A LIMPEZA, CONTENDO TENSIOACTIVOS DESTINADOS A FAVORECER A ELIMINAÇÃO DA SUJIDADE VISÍVEL ATRAVÉS DA ÁGUA; ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADO (O RÓTULO DEVE ESTAR ESCRITO EM PORTUGUÊS E INDICAR A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, O MODO DE UTILIZAÇÃO E O DE CONSERVAÇÃO E O DO PRAZO DE VALIDADE, NOMEADAMENTE A VALIDADE APÓS A SUA DILUIÇÃO), E IDENTIFICADO NA EMBALAGEM DE ORIGEM; TRAZER INDICAÇÕES PRECISAS DA SUA DILUIÇÃO; SER DILUÍDO SOMENTE NO MOMENTO EM QUE VAI SER UTILIZADO; SER UTILIZADO NA DOSE CORRETA (COM UTILIZAÇÃO DE DOSEADORES) E DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES DO FABRICANTE; SER BIODEGRADÁVEL; SER ADEQUADO (A ADEQUABILIDADE DOS DETERGENTES ÀS SUPERFÍCIES DEVE TER EM CONSIDERAÇÃO ASPECTOS COMO, NÃO SEREM CORROSIVOS PARA OS METAIS, VIDROS, E AINDA COMPATÍVEIS COM PLÁSTICOS E BORRACHAS E NÃO DEIXAREM RESÍDUOS), ÀS SUPERFÍCIES EM QUE VAI SER UTILIZADO; TER PH NEUTRO OU LIGEIRAMENTE ALCALINO; CONTRAINDICADO A UTILIZAÇÃO DE DETERGENTE DOMÉSTICO, POIS CONTÉM LIPÍDOS QUE PODERM FORMAR BIOFILME; MANTER-SE FECHADO ATÉ AO INÍCIO DA SUA UTILIZAÇÃO E SEMPRE QUE NÃO ESTEJA A SER UTILIZADO. É AINDA DE REALÇAR, QUE OS DETERGENTES NÃO DEVEM: CONTER DESINFETANTES, NOMEADAMENTE DO GRUPO DOS FENÓIS POR SEREM CONSIDERADOS POLUENTES PARA O MEIO AMBIENTE; SER ADQUIRIDOS EM EMBALAGENS MUITO GRANDES, SENDO CONSIDERADO RAZOÁVEL AS EMBALAGENS QUE TEM ATÉ 5 LITROS; SER IRRITANTES PARA AS VIAS RESPIRATÓRIAS OU OUTROS ALÉRGENOS.				
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NA ESCOLHA DO DETERGENTE DE USOS GERAIS: POSSUIR UMA EFICÁCIA MÁXIMA NO DOMÍNIO DA LIMPEZA; ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADO (O RÓTULO DEVE ESTAR ESCRITO EM PORTUGUÊS E INDICAR A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, O MODO DE UTILIZAÇÃO E O DE CONSERVAÇÃO E O DO PRAZO DE VALIDADE, NOMEADAMENTE A VALIDADE APÓS A SUA DILUIÇÃO), E IDENTIFICADO NA EMBALAGEM DE ORIGEM; TER FICHA TÉCNICA E DE DADOS DE SEGURANÇA; INODORO; PH NEUTRO; AÇÃO IMEDIATA (SEM TEMPO DE ATUAÇÃO; SER EMOLIENTE E ACÇÃO GERMICIDA SOBRE A MATÉRIA ORGÂNICA; ESTÁVEL AO CALOR, FRIO, AR E HUMIDADE; INOFENSIVO PARA OS UTILIZADORES. NÃO SER IRRITANTE PARA AS VIAS RESPIRATÓRIAS OU CONTER OUTROS ALÉRGENOS. (UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL MÍNIMO EX: LUVAS E AVENTAL); NÃO SER AGRESSIVO/CORROSIVO PARA O MATERIAL, ATÓXICO; BIODEGRADÁVEL EM 90%; FACILMENTE DILUÍDO: UMA ÚNICA DILUIÇÃO E DE DILUIÇÃO MAIS BAIXA. TRAZER INDICAÇÕES PRECISAS DA SUA DILUIÇÃO; ADAPTADO À QUALIDADE DA ÁGUA (DUREZA); FACILIDADE NO ENXAGUAMENTO; EMBALAGEM ADAPTADA ÀS NECESSIDADES DO UTILIZADOR; BOA RELAÇÃO QUALIDADE/ PREÇO; NÃO PROVOCAR RISCOS NEM DEIXAR RESÍDUOS APÓS SECAGEM.				
6	0008	HIPOCLORITO SODIO A 5% EM EMBALAGENS DE 5 LT	LT	5800
Características mínimas lote 6: A MARGEM DE TOLERÂNCIA IDEAL SERÁ DE 0%, SENDO ACEITÁVEL ATÉ 0,2% DE DIFERENÇA.				
7	0009	HIPOCLORITO SODIO EM PASTILHAS	UNID	750000
Características mínimas lote 7: PRODUTO SÓLIDO EM FORMA DE PASTILHAS EFERVESCENTE DA RÁPIDA DISSOLUÇÃO QUE EM CONTATO COM A ÁGUA LIBERTA CLORO ATIVO COM CARACTERÍSTICAS DESINFECTANTES ; EFICAZ NO CONTROLO MICROBIOLÓGICO (BACTERICIDA E FUNGICIDA), COM AMPLO PODER GERMICIDA PERANTE UM GRANDE NÚMERO DE MICORGANISMOS; IDEAL PARA A DESINFECÇÃO DE TODO O TIPO DE MATERIAIS E SUPERFÍCIES; ESTABILIDADE NA CONCENTRAÇÃO DE CLORO; CAPACIDADE DE GARANTIR FACILMENTE DILUIÇÕES DE 0,1%, 0.3% E 1% NA DESINFECÇÃO DO AMBIENTE; ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADO (O RÓTULO DEVE ESTAR ESCRITO EM PORTUGUÊS E INDICAR A COMPOSIÇÃO DO PRODUTO NA EMBALAGEM DE ORIGEM: MODO DE UTILIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; TRAZER INDICAÇÕES PRECISAS DA SUA DILUIÇÃO; TER FICHA TÉCNICA E DE DADOS DE SEGURANÇA.				

8	0010	ACIDO CLORIDRICO 9%	LT	1920	1 248,00 €
Características mínimas lote 8: EMB. 60 LITROS.					
9	0011	CLORITO SODIO 7,5%	LT	2400	2 040,00 €
Características mínimas lote 9: EMB. 60 LITROS.					
10	0012	DETERGENTE LIQUIDO COMPATIVEL C/MAQ. MIELLE G7882CD - 5LT	LT	100	1 042,95 €
Características mínimas lote 10: PARA LAVAGEM AUTOMÁTICA DE INSTRUMENTOS TERMO ESTÁVEIS,COMPATIVEL C/EQUIPAMENTO AGROALIMENTAR,NÃO DEIXAR RESÍDUOS/CHEIRO,ATOXICO; P/LAVAG./DESINFEC.BIBEROES.					
10	0017	NEUTRALIZADOR LAVAGEM MEC.DISPOSITIV. MED. COMPATIV.C/MAQ. MIELLE G7882CD- 5L	KG	25	
Características mínimas lote 10: PARA LAVAGEM AUTOMÁTICA DE INSTRUMENTOS TERMO ESTÁVEIS; EMBALAGEM 5L; NEUTRALIZADOR P/LAVAGEM AUTOMÁTICA DE INSTRUMENTOS TERMO ESTÁVEIS; COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO AGROALIMENTAR; NÃO DEIXAR RESÍDUOS/CHEIRO; ATÓXICO.					
11	0013	DETERGENTE LIQUIDO DESINCRUSTANTE P/LAV. MANUAL DE INSTRUMENTOS MEDICOS - 1LT	EMB	1300	15 990,00 €
Características mínimas lote 13: DETERG.ENZIMÁTICO C/ACÇÃO PRE-DESINFECTANTE S/DERIVADOS DE CLORO NEM ALDEÍDOS; PRESENÇA MÍNIMA DE 3 ENZIMAS: AMILASE; LIPASE; PROTEASE; CARBOHIDRASE; P/LIMPEZA MANUAL ANTES DA DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO; C/DOSEADOR INCLUIDO.					
12	0015	GEL DE PRE-TRATAMENTO DE INSTRUMENTAL CIRURGICO	EMB	480	8 880,00 €
Características mínimas lote 12: FÓRMULA EM GEL - MINIMIZA A MANIPULAÇÃO DOS DM SUJOS, JÁ QUE O GEL ADERE ÀS SUAS SUPERFÍCIES, EVITANDO OS SALPICOS ASSOCIADOS A SOLUÇÕES DE IMERSÃO LÍQUIDAS; COM INIBIDORES DE CORROSÃO - SER COMPATÍVEL COM UMA AMPLA GAMA DE MATERIAIS UTILIZADOS NO FABRICO DOS DM REUTILIZÁVEIS, CUJOS INIBIDORES DE CORROSÃO AJUDAM A PROLONGAR A VIDA DAS PEÇAS DELICADAS DE ALUMÍNIO E METAIS MACIOS, ASSEGURANDO UM FUNCIONAMENTO CORRETO; PRONTO A APLICAR, TEM EFEITO DURANTE 72 HORAS, PODENDO SER LAVADO SEM ENXAGUAMENTO PRÉVIO; SEM CORANTES - A SUA FÓRMULA EM GEL TRANSPARENTE PERMITE AINDA AOS UTILIZADORES A VISUALIZAÇÃO DE QUALQUER UTENSÍLIO POTENCIALMENTE PERIGOSO DENTRO DO CONTENTOR DE TRANSPORTE; COM SURFACTANTES; PH NEUTRO; INODORO OU COM FRAGRÂNCIA SUAVE.					
13	0016	DETERGENTE LIQUIDO ENZIMATICO P/LAVAGEM MECANICA DE DISPOSIT. MEDICOS - 5LT	LT	320	3 990,80 €
Características mínimas lote 13: TRI-ENZIMÁTICO P/MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO; O ADJUDICATÁRIO OBRIGA-SE A AFERIR OS DOSEADORES EXISTENTES NO SESARAM.					
13	0018	NEUTRALIZADOR P/LAVAG. MECANICA DE DISPOSITIVOS MEDICOS -SURFACTANTES - 5LT	LT	200	
Características mínimas lote 13: P/MAQUINAS AUTOMÁTICAS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO; O ADJUDICATÁRIO OBRIGA-SE A AFERIR OS DOSEADORES EXISTENTES NO SESARAM.					

14	0019	SAL PURO P/MAQUINA MIELE PROFESSIONAL	KG	190	494,00 €
Características mínimas lote 14: PARA AS MÁQUINAS G7836CD, G7736, G7882 E C7857TD.					
15	0020	DETERGENTE LIQUIDO P/LAV. E DESINFECÇÃO MECANICA DE ARRASTADEIRAS/URINOIS-5LT	LT	35	253,47 €
Características mínimas lote 15: NEODISHER SBR EXTRA EMB DE 5 LTS; EXCLUSIVO DA POLIMAQUINA.					
16	0021	DETERGENTE LIQ.ALCALINO C/SURFACTANTES P/LAV.MECANICA FORTE - 10LT	LT	2000	14 906,89 €
Características mínimas lote 16: TP "NEODISHER MEDICLEAN FORTE; SÓ PARA A ESTERILIZAÇÃO.					
16	0022	NEUTRALIZADOR ACIDO S/SURFACTANTES - 8,1 LT	LT	180	
Características mínimas lote 16: NEODISHER N; SO P/A ESTERILIZAÇÃO; EMB. 8,1LT (12KG).					
17	0023	DESINFETANTE ALCALINO C/SURFACTANTES (INATIVADOR DE PRIOES) - 10LT	LT	2200	17 835,40 €
Características mínimas lote 17: NEODISHER SEPTOCLEAN; BEM. DE 10 LT					
Preço Base Total					145 402,11 €